

diálogos ***no espaço democrático***



COMO MELHORAR O ENSINO BÁSICO NO BRASIL



Conversa com

PRISCILA CRUZ

presidente-executiva da ONG
Todos pela Educação





diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático,
a fundação para estudos e formação política do PSD



*Para assistir ao vídeo,
aponte a câmera do celular
para este código*

UMA REVOLUÇÃO NO ENSINO EM APENAS 10 ANOS

// Precisamos modernizar a educação profissional no País. Essa é uma modalidade pouco valorizada no Brasil, como se fosse uma educação de segunda linha para aquele aluno que não vai para a universidade. Dar um curso de torneiro mecânico para ele atuar o resto da vida numa única profissão? Isso não existe mais. A gente tem defendido quatro grandes áreas para a educação profissional: para o mundo digital, para a economia criativa, para a economia verde e para a economia do cuidado”.

Esse trecho do diálogo com **Priscila Cruz**, presidente-executiva da ONG Todos pela Educação, revela a dimensão do atraso em que vive o ensino no Brasil. Mas ela também dá uma boa notícia: é um mito a ideia de que precisamos de 20 ou 30 anos para fazer nossa educação subir de patamar. Para ela, é possível fazê-lo em apenas 10 anos de governos responsáveis e eficientes.

Este caderno traz a íntegra da conversa de Priscila com os consultores do Espaço Democrático no programa da TV PSD, produzido em fevereiro de 2022 pela fundação do partido e disponível em seu canal de Youtube (<https://youtu.be/1s1FA5sTPwY>).

Boa leitura.



Sérgio Rondino - Estamos iniciando mais um programa *Diálogos no Espaço Democrático*, que é a fundação para estudos e formação política do PSD, o Partido Social Democrático. Este é o nosso primeiro programa de 2022 e vamos tratar de uma questão que é essencial para o desenvolvimento - ou o atraso - da nação brasileira, que é a qualidade do nosso ensino básico. Quem vai conversar conosco é Priscila Cruz. Ela é mestre em Administração Pública pela *Harvard Kennedy School of Government*. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, a FGV de São Paulo, e em Direito pela Universidade de São Paulo, a USP. A Priscila é integrante do grupo de Estudos da Educação do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp (*Universidade Estadual de Campinas*) e foi uma das fundadoras da organização não-governamental **Todos pela Educação**. Priscila Cruz, seja muito bem-vinda ao Espaço Democrático.

Priscila Cruz - Eu agradeço, Sérgio e todos os companheiros aqui, por esse espaço que me permite colocar um tema que é fundamental, como você bem disse, que é a qualidade da educação para todas as crianças e jovens. Isso tem que ser o eixo central de um projeto de nação e, portanto, de qualquer partido, de qualquer movimento eleitoral que a gente tenha no País. Muito obrigada.

Sérgio Rondino - Participarão conosco deste Diálogo o economista **Luiz Alberto Machado**, o professor **Vilmar Rocha**, da Universidade Federal de Goiás, ex-deputado federal e coordenador de Relações Institucionais aqui do Espaço Democrático, e também o gestor público e empresário **Andrea Matarazzo**. Priscila, eu gostaria de começar com uma rápida explicação sua sobre o que é o *Todos pela Educação*.

Priscila Cruz - O *Todos pela Educação* começou em 2006. A gente viu que na sociedade civil bra-



A GENTE VEM TRABALHANDO COM A VERTICALIZAÇÃO DE PROPOSTAS PARA QUE O BRASIL POSSA, EM DEZ ANOS, MUDAR O PATAMAR DA EDUCAÇÃO. É POSSÍVEL, SIM, EM DEZ ANOS, MUDAR ESSE PATAMAR RADICALMENTE. SE HOUVER DECISÃO POLÍTICA E MUITO COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO, DÁ PARA MUDAR. É UMA FALÁCIA QUE O BRASIL PRECISA DE 20 OU 30 ANOS PARA TER UMA MUDANÇA SUBSTANTIVA. NÃO É VERDADE, DÁ PARA MUDAR MUITO MAIS RÁPIDO, MAS É PRECISO TRABALHAR FORTE.



sileira havia pouca articulação em relação à educação básica pública, havia pouca pressão, pouca formulação, e faltava a coordenação de esforços para que a sociedade civil fosse uma força na construção na educação básica pública brasileira. Então, juntamos – sou uma das fundadoras desse movimento – uma série de forças, como especialistas, jornalistas, economistas, gestores públicos, empresários, para colocar em prática esse movimento que tem colhido frutos importantes.

Eu sou uma voz um pouco viesada, sou testemunha disso tudo, fiz parte desse trabalho – o pacto pela alfabetização, o novo Fundeb (*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica*), a reforma do Ensino Médio, o Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Curricular... Então, há uma série de políticas que hoje explicam os avanços – e eu queria ter inclusive a oportunidade de dizer que o Brasil teve avanços, sim, na educação, não é terra arrasada. Nós vínhamos em uma trajetória que obviamente ainda não estava no patamar que gostaríamos e que os alunos merecem, mas o Brasil vinha avançando muito na educação antes da pandemia, antes do governo Bolsonaro. E essas políticas foram muito essenciais para que esse avanço acontecesse, que essa mudança ocorresse no País.

Então, o *Todos pela Educação* basicamente trabalha na formulação de políticas públicas, como se fosse um *think tank* da educação. A gente vem trabalhando com a verticalização de propostas para que o Brasil possa, em dez anos, mudar o patamar da educação. É possível, sim, em dez anos, mudar esse patamar radicalmente. Se houver decisão política e muito compromisso com a educação, dá para mudar. É uma falácia que o Brasil precisa de 20 ou 30 anos para ter uma mudança substantiva. Não é verdade, dá para mudar muito mais rápido, mas é preciso trabalhar forte. Então, temos uma área de formulação e uma de comunicação e mobilização, porque a gente precisa da sociedade se engajando,

precisa que as pessoas que têm influência participem muito mais, que exerçam, ao lado do seu privilégio de ter influência, também a influência pela criança da escola pública. E há uma área da articulação política que faz justamente essa conexão com os atores políticos no Brasil.

Sérgio Rondino - Vocês deixam muito claro no site de vocês que são uma organização sem ligação com partidos políticos, mas vocês têm feito um trabalho junto às fundações partidárias e recentemente assinaram um convênio aqui com o Espaço Democrático, do PSD. Qual é a meta desse trabalho, Priscila?



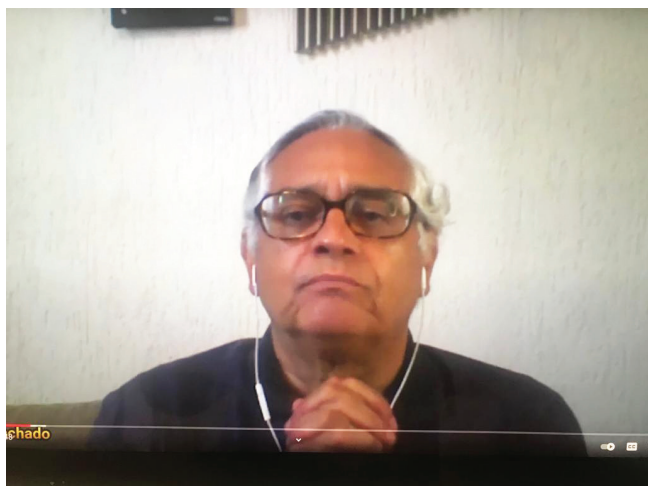
Priscila Cruz - O *Todos pela Educação* não é apartidário. A gente não nega os partidos; a gente trabalha ao lado dos partidos. Nós somos uma organização suprapartidária. Estamos trabalhando ao lado dos partidos, sem vinculação com eles e sem nenhum tipo de escolha partidária. Então, obviamente, dentro do campo democrático, trabalhamos com todos os partidos e as suas fundações partidárias e com os gestores públicos ligados a esses partidos.

Essa parceria que a gente tem com a Fundação Espaço Democrático, e também com outras fundações, faz parte desse trabalho da articulação política. Prevê a participação de gestores públicos numa for-

mação em gestão educacional. Então, a gente tem muitos prefeitos do PSD fazendo essa formação, técnicos das secretarias fazendo essa formação. Porque o desafio no campo da gestão municipal é gigantesco. Lembro que os municípios são responsáveis pela educação infantil, pelo Fundamental I e grande parte do Fundamental II. Todo o período da infância e da pré-adolescência é atribuição dos municípios. Então, para além da formação, há um compromisso que essas gestões assumem, o acompanhamento dessas metas e tudo o mais. Para além disso, a gente também tem uma articulação muito forte com governadores, com parlamentares. E essa articulação tem como pano de fundo, como documento de orientação, o "*Educação Já*", que o *Todos pela Educação* coordena com a participação dos 50 maiores especialistas em educação no Brasil, que são formuladores e co-assinam esse documento, que é a guia para essa mudança da educação brasileira em dez anos.

Queremos mudar o Brasil inteiro, mas muitos governadores e prefeitos estão fazendo essa mudança acontecer no seu espaço de atribuição direta. Então, todos eles trabalham, dessa forma, ao lado, como um apoio, reconhecendo a importância dos partidos e da gestão pública. Vivemos um período de negação da política que fez muito mal ao País e o que a gente vem dizendo é o seguinte: vamos melhorar a educação com boas políticas; com a política partidária e as boas políticas públicas, com servidores públicos preparados, engajados, motivados para fazer essa mudança. Porque não são mudanças fáceis, se realmente quisermos pegar firme. Precisamos de decisão política e compromisso de verdade. E acho que essa é a grande missão dos partidos e de quem compõe um partido: criar esse sentimento de compromisso forte com a educação, porque muitos de nós temos filhos, netos, sobrinhos nas escolas particulares, mas a gente precisa batalhar pelo aluno das escolas pú-

blicas. Se não fizermos isso, o Brasil nunca vai decolar. Aquele sonho do Brasil grande, do Brasil que dá certo, nunca vai acontecer se não tivermos um compromisso forte com a educação.



Luiz Alberto Machado - Priscila, adorei o documento que vocês prepararam, o *"Educação Já"*. Eu li na íntegra, gostei muito. Embora eu reconheça que avanços aconteceram, tenho uma preocupação ainda muito grande. Eu militei mais de 35 anos no ensino superior - até vejo que no ensino fundamental, no ensino infantil, a coisa muda um pouco de figura. Mas embora reconheça que existam ilhas de excelência e exceções, o modelo pedagógico ainda dominante é obsoleto. Ele é constituído de aulas padronizadas, iguais para todo mundo, como se não houvesse inteligências múltiplas, como se os alunos não tivessem diferentes estilos de aprendizagem. Ainda impera o modelo do professor expondo e o aluno escutando - o aluno de forma mais passiva - e quando chega a hora das avaliações, elas são individualizadas e baseadas na memorização. Com esse modelo ainda predominante, por melhor que seja o ensino, nós estamos formando um aluno diferente daquilo que o mundo quer hoje. Então, embora a tecnologia seja fundamental, acho que o investimento no professor continua sendo prioritário. Você concorda com isso? E como é que o *Todos pela Educação* está trabalhando essa questão?

Priscila Cruz - O professor é o principal profissional do País. Ele não é só o profissional mais importante da educação, ele é o mais importante do País, porque todos os profissionais dependem de bons professores ao longo de toda trajetória escolar. Você tem toda razão: esse modelo, ainda do século 19, de professor palestrante, que usa o quadro negro, não tem nada ver com a interação que essa geração demanda, que motive essa geração. Eu estava hoje mesmo conversando com o (*professor e pesquisador*) Ronaldo Lemos numa *live* e ele, que é especialista em tecnologia, falava justamente sobre isso. Se quando eu estava na escola ela já era arcaica, para essa geração, hoje... não tem nada a ver com a vida deles. E tudo começa na formação de professores. Na boa formação de professores. E está aí um elemento que a gente está disposto a mostrar, para enfrentar essa briga. Não é simples. Porque, hoje, 66% da formação de professores em pedagogia e licenciatura acontece de forma remota, 100% on-line - não o on-line moderno, mas o on-line antigo - em instituições privadas. Nada contra o on-line e nem contra o privado. Mas o encontro desses dois elementos, sem qualidade... Não faz sentido a gente ter no Brasil esses cursos desperdiçando no mercado um profissional que não está preparado para esse tipo de inovação, para a sala de aula invertida, para novas didáticas, para uma pedagogia mais moderna, mais contemporânea, que consiga contextualizar a aprendizagem para a vida do aluno. A cada cinco minutos o professor tem que responder a seguinte pergunta: por que você está aprendendo isso? O aluno tem que se conectar com aquela aprendizagem o tempo inteiro. Não pode restar dúvida a respeito de por que ele está aprendendo aquilo, para que serve aquela aprendizagem. E o como aprender importa muito.

Então, a gente já falava nos quatro pilares da Unesco para a educação do século 21, o relatório que foi coordenado por Jacques Delors: é aprender a

ser, aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a conviver. Esses são os quatro pilares. E a base nacional comum curricular já foi um grande avanço para termos clareza em relação àquilo que os alunos precisam aprender. Mas é um documento que precisa ganhar vida, precisa ser aperfeiçoado ao longo do tempo. O *Todos pela Educação* foi um dos grandes defensores da Base Comum Curricular. Participamos ativamente dessa construção, mas a gente vê espaço para aperfeiçoamento, sim. Por exemplo, não faz sentido, na minha visão e dos especialistas em educação, termos na base nacional curricular as previsões de aprendizagem a respeito de cada disciplina, para cada ano. Não precisa ser tão engessado assim. Precisamos inserir novas aprendizagens que são muito mais necessárias agora. Esse é um ponto.

E outro ponto, para finalizar, é a educação profissional. Essa é uma modalidade pouco valorizada dentro do ensino médio no Brasil. É como se fosse uma educação de segunda linha, para aqueles alunos que não vão para a universidade – “vamos lá dar um curso de torneiro mecânico para ele atuar o resto da vida numa única profissão”. Isso não existe mais. Então, precisamos modernizar a educação profissional no País. A gente tem defendido quatro grandes áreas para a educação profissional: para o mundo digital, para a economia criativa, para a economia verde e para a economia do cuidado. Nessas quatro áreas temos o casamento entre a necessidade para o desenvolvimento do País e a necessidade, vontade, vocação e desejo dos alunos. Então, conseguiremos ter uma educação profissional muito mais moderna e que não para no ensino médio. Depois, esse aluno prossegue no ensino superior.

Agora, nesse momento de explosão da evasão escolar, estamos vivendo uma bomba social e econômica no ensino médio por conta da pandemia e por conta de um equívoco muito grande que o Brasil cometeu por ter deixado tanto tempo as esco-

las fechadas. Temos escolas fechadas até hoje. O maior equívoco no Brasil, nesse período da pandemia, para além das loucuras do governo federal, é o fechamento excessivo das escolas. A gente teve vários outros espaços sendo reabertos e as escolas ainda fechadas. Temos sete Estados que ainda não reabriram as escolas, sabendo que o ensino remoto não tem efetividade. Então, abrimos mão de garantir a aprendizagem de alunos pelo País por dois anos. Vamos olhar para isso no futuro e entender que esse foi o maior equívoco que o Brasil cometeu durante a pandemia. Vai cobrar um preço gigantesco, mas, enfim, essa evasão vai acontecer e para chamar de volta esse aluno tem que ter uma escola que faça sentido. E a escola que mais faz sentido é a educação profissional dentro da etapa do ensino médio.

Luiz Alberto Machado – Sérgio, me desculpe, mas eu queria mostrar que o Espaço Democrático acabou de lançar esse livro, sou um dos autores: *Economia + Criatividade = Economia Criativa*. Uma das quatro modalidades que você falou, Priscila.

Priscila Cruz – Não conhecia, Machado, eu quero ler.

Sérgio Rondino – É o primeiro livro do ano. Haverá outros. A produção do Espaço Democrático é uma coisa boa, alentada, vale a pena conhecer. Mas, professor Vilmar, a sua vez e a sua voz. Vamos lá.

Vilmar Rocha – Eu sou de uma geração em que o grande projeto era a universalização do acesso. E a gente tinha condições muito complicadas. Um aumento explosivo da natalidade e uma urbanização muito forte, que eram complicadores para democratizar o acesso, universalizar o acesso de milhões de crianças brasileiras à educação. Isso nós conseguimos. Democratizamos o acesso. Hoje, ninguém deixa de estudar. Isso é uma conquista. Você mes-



PRECISAMOS MODERNIZAR

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PAÍS. A GENTE TEM DEFENDIDO QUATRO GRANDES ÁREAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PARA O MUNDO DIGITAL, PARA A ECONOMIA CRIATIVA, PARA A ECONOMIA VERDE E PARA A ECONOMIA DO CUIDADO. NESSAS QUATRO ÁREAS TEMOS O CASAMENTO ENTRE A NECESSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E A NECESSIDADE, VONTADE, VOCAÇÃO E DESEJO DOS ALUNOS. ENTÃO, CONSEGUIREMOS TER UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MUITO MAIS MODERNA E QUE NÃO PARA NO ENSINO MÉDIO. DEPOIS, ESSE ALUNO PROSSEGUE NO ENSINO SUPERIOR.



ma disse: muitas pessoas, ao fazer análise ou diagnóstico, começam a achar que no passado foi tudo errado. Não. Naquela época, o grande projeto era a universalização do acesso. Hoje, as condições são muito favoráveis. Primeiro, porque tem dinheiro. A educação brasileira tem dinheiro demais, do governo federal, do governo estadual, dos municípios. Segundo, está havendo, você sabe, uma crescente redução no número de alunos, sobretudo no ensino fundamental. Meu foco é o Ensino Fundamental, o resto é o resto. Porque é no Ensino Fundamental que está o centro do problema. Está caindo o número de alunos, há espaço físico sobrando - olha o que estou falando: sobrando - e há dinheiro. Então, é o seguinte: o que fazer para termos uma mudança substantiva no Ensino Fundamental?

Não são essas melhorias gradativas aqui ou ali. Eu gostaria de ver algo assim radical. Por exemplo: há algum tempo, não sei quem fez a proposta de federalizar o ensino fundamental. Será que é uma solução? Não sei. Porque, hoje, como você disse, ele é municipal. Será que seria uma solução? Você disse também que nós temos como mudar a educação nos próximos anos 10, 20 anos. Mas qual é a 'solucionática'? O que fazer? Eu gostaria de ver algo assim: a gente tem que fazer três coisas assim para dar um passo, uma mudança substantiva no ensino fundamental. O que você tem a dizer sobre isso?

Priscila Cruz — É claro que a gente tem que se inspirar naquilo que acontece em Cingapura, Coréia do Sul, Finlândia. Por muito tempo a gente olhou para fora, e com razão: o Brasil não é uma ilha e temos a aprender com todo mundo. Mas felizmente já temos, em território nacional - alguém falou aqui em ilhas -, mais do que ilhas. Temos redes grandes avançando de forma muito acelerada na educação fundamental. No Ensino Médio, menos. Mas no Fundamental I e no Fundamental II temos tido, sim, um grande avanço. Vou dar aqui para vocês um número

e talvez vocês se espantem: em 2007, tínhamos 27% das crianças no final do 5º ano, que é o final do Fundamental I, com aprendizagem adequada, atingindo os níveis de aprendizado adequados. Em 2017, dez anos depois - não estou falando de 20 ou 30 anos, estou falando de 10 anos -, no Brasil inteiro, média nacional, fomos para 60% das crianças. Isso com uma avaliação muito séria que é feita pelo Inep (*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*), que é um órgão que tem conseguido sobreviver a grande custo nesse governo e que é um exemplo no mundo inteiro. Então, estou falando de um dado absolutamente aferido da avaliação da aprendizagem das crianças.

Quando a gente abre essa caixa preta da média - porque em qualquer média você tem situações de redes que tiveram retrocesso na aprendizagem, e outras que avançaram muito, muito mais do que 60% nesse período. Quando a gente olha para essa caixa preta da média, a gente enxerga Sobral (CE), que é a cidade mais comentada, celebrada, conhecida, mas enxergamos também Teresina, que é a melhor capital na educação do País. Enxergamos Coruripe (AL), que tem o terceiro melhor Ideb (*Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*) do Brasil, tanto no Fundamental I quanto no Fundamental II. É uma cidade que não é muito pequenininha, não, é de porte médio, mas que tem um nível socioeconômico muito baixo. A escola pública que tem o melhor resultado no Brasil fica em Coruripe. Vale a pena conhecer. É uma escola rural, que atende 18 comunidades rurais, filhos de cortadores de cana. É a melhor escola pública do Brasil, é melhor do que qualquer escola privada que a gente tem no País. Melhor, disparada, a melhor. É absolutamente incrível conhecer. Então, a gente olha para essa situação e pergunta: o que essas cidades fazem? E para isto que temos que olhar. Às vezes, as pessoas buscam soluções bonitas, cheias de purpurina, brilhinhos... A solução é muito

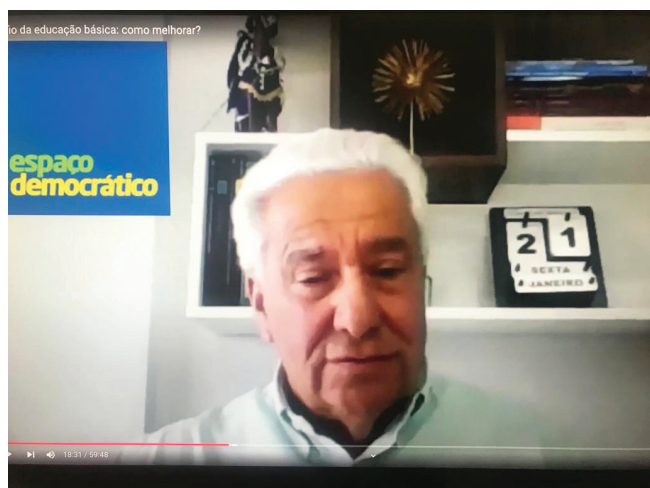
simples, no sentido de que a gente precisa fazer um ensino básico bem-feito.

O que essas cidades fazem? Elas fazem a seleção técnica dos diretores de escola. Não tem indicação política. O diretor de escola é uma pessoa que foi formada para aquela função e que passou por uma seleção muito criteriosa para chegar naquele lugar. Então, quando você conversa com um diretor de escola daquelas cidades, você fica de boca aberta. Não tem CEO de grandes empresas do Brasil que seria melhor gestor do que essa pessoa. É uma seleção técnica e formativa - a pessoa vai se formando até chegar no momento em que ele pode assumir uma escola. É uma seleção pesada. Eu digo que é mais difícil que passar em Medicina na USP para ser diretor de escola nessas cidades. Mas tem que ser assim. É a função mais importante da educação, a de gestor escolar.

Em segundo lugar, eles fazem avaliações bimestrais. Nessas cidades, as avaliações são bimestrais e os resultados delas dão subsídios para a formação de professores. Não tem formação de professor chamando a Priscila ou o Vilmar para dar palestra para professor. Isso não funciona. Formação de professores e serviços tem que ser feita a partir do resultado concreto do aluno. Se o aluno não aprendeu a equação do segundo grau porque faltou aprender a equação do primeiro grau, porque não consolidou essa aprendizagem, o professor tem que ser formado para garantir a aprendizagem da equação do primeiro e do segundo grau daquele aluno. Então, é a partir dos erros dos alunos, a partir daquilo que a avaliação está dizendo. Olha, os alunos estão com mais dificuldade nisso. É nisso que tem que ter a formação dos professores. Com um currículo muito claro. E vou dizer que também é a grande explicação para o sucesso dessas redes a ampliação acelerada da escola de tempo integral, da educação em tempo integral. O aluno fica o dia inteiro na escola. Ele toma o café na escola, almoça na escola, toma o

lanche da tarde na escola. Ele passa o dia na escola aprendendo português, matemática e ciências, mas passa o dia na escola fazendo esportes, projeto social, teatro, arte. Ele produz textos, tem jornal na escola, tem rádio na escola, a escola é viva.

Esse modelo começou em Pernambuco. E não é só ampliar o tempo em que o aluno fica na escola, não é simplesmente ficar oito horas na escola. Porque oito horas de uma arquitetura pedagógica ruim não vai dar resultado. O modelo que começou em Pernambuco, de educação integral, em que o projeto de vida do aluno é a grande base para a construção pedagógica, é o segredo.



Vilmar Rocha - Eu anotei. Deixa ver se eu entendi. A direção, a gestão, é fundamental, a questão da avaliação a partir da experiência dos alunos e finalmente a formação em tempo integral. Eu passei no teste de atenção?

Priscila Cruz - Às vezes, as pessoas esperam uma resposta grandiosa: *“é pegar o projeto da escola XPTO de Portugal, esse tipo de pedagogia”...* Isso é uma falácia. A gente precisa fazer aquilo que as evidências mostram e o que os municípios e os governos estaduais também têm mostrado quando têm um resultado rápido e que reduz a desigualdade. E é nesse ciclo básico: gestão da escola, gestão da secretaria com as políticas corretas, tudo foca-

do na aprendizagem do aluno. Se a secretaria não se dispersar com diversionismos, vai bem. Tem um monte de coisas no governo federal que é só para esconder a incompetência. Então, é preciso tirar o véu da incompetência. Colocar um bom secretário da Educação, parar com essa história de indicação política para secretário, indicação política para diretor de escola. Acabar com isso. A gente precisa profissionalizar tudo aquilo que tem a ver com gestão educacional. Com isso, vai. E vai bem.

O brasileiro sabe fazer educação. A gente não está falando de um bando de gente incompetente, que não sabe fazer. Sabe. Mas precisa botar as coisas no lugar. E para botar as coisas no lugar é preciso decisão política, também porque, por trás de todos esses efeitos do sucesso, tem um governador que apoiou incondicionalmente o projeto e deu força, deu espaço. Tem um prefeito ou uma prefeita que apoiou incondicionalmente e entrou na briga quando precisou ter briga. E aqui, quando falo de briga, é briga pelo aluno. Precisamos brigar pelo direito de os alunos terem uma educação de qualidade. E a gente precisa de decisão política, de compromisso político. Por isso estou absolutamente convencida de que é pela política que a gente vai mudar a educação brasileira. Porque a decisão política é fundamental. Quando a gente tem um governador que banca essas mudanças, a coisa vai. Não tem grandes segredos, no sentido assim de soluções mágicas. Não tem mágica. Eu fui recentemente para o Sobral - mesmo na pandemia eu tenho ido muito a esses municípios, esses Estados, e fico o tempo inteiro conectada com a gestão dessas escolas. Sabe o que há de muito forte nesses lugares que deram certo? É trabalho duro. É muito trabalho, compromisso. Ninguém se conforma com um aluno que não aprendeu. Vamos lá entender por que o Pedro não aprendeu, vamos fazer de tudo para o Pedro aprender. Então, é isso. É preciso ter compromisso político.



Andrea Matarazzo - Priscila, nesse período de pandemia muito se falou da questão do ensino à distância. Não vou nem falar propriamente do ensino à distância, porque acho que isso não é uma prioridade no ensino básico, mas eu pergunto o seguinte: quais são os números do acesso das escolas à internet em termos estaduais e nacionais? Acho que esse é um ponto fundamental - a universalização do sinal, do *wi-fi* nas escolas para todos os alunos. O acesso à internet é parte integrante da educação. E eu não vejo grandes discussões nesse sentido, principalmente depois que nós vimos, na pandemia, o fracasso que foi o acesso das nossas crianças às redes por falta de sinal nas escolas públicas.

Priscila Cruz - Quando olhamos pelo IBGE, pelo Censo, temos quase 100% das escolas conectadas. O Brasil está muito próximo de universalizar a conectividade. Mas quando olhamos o tipo de conectividade, o que funciona e o que não funciona, a informação real é que não há um diagnóstico preciso, infelizmente, porque o governo federal não faz o acompanhamento que deveria fazer, já que é o responsável pela coordenação dos esforços na educação básica - o governo federal não é responsável pela gestão direta das escolas, mas no campo da educação básica ele é responsável por coordenar os esforços em nível nacional.

Quando olhamos algumas prévias, alguns estu-

dos mais localizados - não temos um consolidado nacional - o que vemos é que tem internet que não funciona, internet com uma banda muito estreita e os alunos não conseguem fazer absolutamente nada - quando três alunos ou professores usam a internet cai, ninguém consegue acessar. Então alguma internet tem, mas ela é de baixíssima qualidade. Agora, com esse leilão que aconteceu no final do ano passado, houve um esforço - inclusive com a participação da Frente Parlamentar Mista da Educação, do TCU (*Tribunal de Contas da União*) e o próprio Todos pela Educação se envolveu -, muita briga para ampliar o acesso das escolas à banda larga, que é o que a gente precisa de fato no País, ainda mais com uma tendência que é irreversível, que é o ensino híbrido - não vamos passar o resto da vida com aulas remotas, assim espero, já disse aqui. O Todos pela Educação, inclusive contra a opinião geral, foi a favor da reabertura das escolas mais cedo do que aconteceu

Mas daqui por diante a gente vai conviver com o ensino híbrido, que é o remoto com o presencial, não o remoto substituindo o presencial; é o presencial mais o remoto. Para isso acontecer, inclusive para podermos ter projetos pedagógicos mais inovadores - como sala de aula invertida, inovações pedagógicas - precisamos de banda larga, e isso não tem no País. A gente está vivendo um momento em que a educação não é prioridade - não é prioridade nos debates públicos e políticos no Brasil, infelizmente. Acho que é um grande equívoco que cometemos porque a educação está por trás do crescimento econômico, da distribuição de renda, de menos doenças, de menos violência. Não dá para pensar num país em suas diversas dimensões se não melhorarmos a qualidade da educação básica pública brasileira. Nesse sentido, se a educação não é fruto do debate, como você bem disse, também não é a conectividade nas escolas. E ainda temos um governo federal que entra do

Supremo Tribunal Federal para não ter que investir em banda larga nas escolas. Então, estamos em um momento muito ruim nesse campo.



Sérgio Rondino - Priscila, só um complemento. Não estamos criando aí uma ilusão? Fala-se tanto e é claro que é importante ter banda larga nessas escolas todas e tal. Mas minha pergunta é simples: lá em Coruripe tem? Não tem e fazem a melhor escola do Brasil? Então, por que é tão essencial assim? É possível ter um bom ensino, o melhor do Brasil, mesmo sem ter essa estrutura tecnológica à disposição, ou estou errado?

Priscila Cruz - Dá para fazer, você tem razão, mas tem um teto mais baixo. A gente poderia decolar e ter um voo muito mais alto se a tecnologia fosse de banda larga, com uma nova pedagogia. Porque também não basta ter essa conectividade se os professores não estão preparados para utilizar essa tecnologia para o bem do desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico dos alunos, para eles aprenderem mais. Simplesmente ter uma internet para repetir a sala de aula de hoje não faz sentido nenhum. Você tem razão, dá para ter, dá para avançar muito na educação básica sem o uso intensivo da tecnologia. Mas é preciso também lembrar que a tecnologia não está só na sala de aula, está na gestão da escola, na gestão da secretaria (de Educação). Por exemplo, quando a gente olha os grandes cases de zerar fila de creche. Em toda eleição municipal, esse é

o tema - fila para conseguir vaga nas creches. As cidades que zeraram filas nas creches, que investiram para além da estrutura física, para oferecer mais lugares para as crianças, foram aquelas que investiram também na tecnologia para gestão, para ter essa fila da creche organizada. É incrível, mas há cidades que organizam a fila da creche no papel. Aí dá aquela confusão. O município de São Paulo resolveu isso; Londrina também. Então, a tecnologia não está só na sala de aula, está no entorno. E para fazer com que o aluno expanda o contato dele com a aprendizagem, a exposição dele à aprendizagem, a internet de banda larga é fundamental, porque vai além da sala de aula, que pode ser absolutamente analógica. Mas a tecnologia é necessária fora da sala de aula, para ele aprender mais, para aprofundar o assunto.

Luiz Alberto Machado - Priscila, fiquei muito contente porque além de militar diretamente em sala de aula como professor, acompanhei, como presidente do Instituto Liberal, um trabalho de investimento em educação básica. E o que eu percebi é que o diretor era fundamental. Porque havia escolas que tinham recursos mínimos e que conseguiam fazer milagre. Por quê? Porque o diretor estava lá preparado para fazer o trabalho. Segundo lugar: eu sou conselheiro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial e um dos projetos mais bem-sucedidos do instituto é o Círculos de Leitura. Embora o instituto seja aqui de São Paulo, são 258 escolas do Ceará. E agora, na pandemia, aconteceu uma coisa sensacional: com a dificuldade de realizar as coisas presenciais, os alunos pressionaram para que as coisas continuassem acontecendo no nível remoto. Então, é o que você falou: encantar com a educação é tudo, porque o aluno passa a ser um parceiro nos avanços. Então, quando você deu os exemplos de Sobral, Teresina e Coruripe, eu achei fantástico, porque independe

do grau de desenvolvimento do local para a coisa funcionar. Agora, como o Vilmar mesmo falou, uma das coisas que nós conseguimos foi o acesso – praticamente 97%, se não me engano – no final do governo do Fernando Henrique, quando o Paulo Renato foi ministro. Acho que eram 97% no acesso. Até que ponto a pandemia fez com que houvesse um retrocesso nessa marca? Depois de atingido quase 100% em termos quantitativos, o desafio era qualitativo. Esse continua existindo e é mais complicado, mas pelo que percebo a pandemia fez com que houvesse um retrocesso também quantitativo. É isso mesmo?

Priscila Cruz - É isso mesmo. A gente tinha 97% no Ensino Fundamental, no final da gestão do Paulo Renato. Depois, nos anos seguintes, na pré-pandemia, chegamos no Fundamental I e Fundamental II perto de 99% das crianças, mas na Educação Infantil e no Ensino Médio ainda não chegamos nesse mesmo patamar. Eu posso errar, mas se não me engano o último número era 84% na pré-escola e alguma coisa em torno de 76% a 78% no Ensino Médio. Então, não chegamos aos 100% em todas as etapas. No Fundamental, sim. Isso está mudando rapidamente porque foi aprovada em 2009 uma legislação que tornou obrigatória – com um período de transição – a matrícula de 4 a 17 anos. Até a gestão do Paulo Renato, a obrigatoriedade era de 7 a 14; depois ficou de 6 a 14, andou uma casinha para trás. E em 2009 foi aprovada essa legislação e o Todos pela Educação foi um ator bastante ativo. Está vindo rápido e devemos chegar perto de 100% em todas as etapas, ou perto de 100%, mesmo porque, infelizmente, nenhum país do mundo tem 100%.

Sobre a qualidade, você tem razão. É a grande batalha, hoje, a gente conseguir qualidade. Com a pandemia, não temos esse número consolidado, deve ter mais para o fim desse semestre o número consolidado de evasão nesse período. A evasão

é o seguinte: o aluno não se matriculou, não voltou para a escola. O Conjuve (*Conselho Nacional de Juventude*) fez uma pesquisa no ano passado que mostrou que 43% dos jovens brasileiros não querem voltar a estudar. Isso não significa que a gente vá ter uma evasão de 43%, porque uma coisa é uma pesquisa apontando ‘não quero voltar a estudar’ e outra é se ele vai querer se matricular ou não.

No Ensino Médio esse é um problemão, porque ao final da Educação Básica alguns Estados instituíram quatro anos do Ensino Fundamental para dar mais tempo para esse aluno que não teve aula nenhuma. Em grande parte do País a aula remota não serviu de nada, muito pouco. No começo os alunos até se engajaram, mas... Foi muito tempo de pandemia, muita demora para vacinar e isso acabou impondo muito tempo de escolas fechadas. Daria para reabrir antes. A Todos pela Educação avisou e pressionou... a Unesco, a Unicef, todas as instituições sérias. Por mais que a gente tenha essa preocupação em relação ao controle da pandemia, não dá para fazer controle da pandemia com o fechamento das escolas. Não se controla a pandemia usando como instrumento fechar escolas, deixando todo o resto aberto. Esse é um assunto em que eu já apanhei muito, botamos a cara à tapa, mas tem que defender esse aluno. Está acontecendo exatamente o que estávamos falando que ia acontecer: a evasão vai explodir no País. E a evasão é uma bomba social e econômica – para além da bomba pessoal, para quem se evadiu, porque não terminar o Ensino Médio é você simplesmente fechar qualquer tipo de oportunidade de uma vida melhor para essa geração.

Também está impondo uma queda na aprendizagem. Não é só a evasão que está subindo por conta desse tempo todo. O que está acontecendo é que tínhamos metade das crianças alfabetizadas no final do segundo ano, no Brasil. Ainda é pouco. Ao final do segundo ano a gente tinha que estar perto de 100% das crianças alfabetizadas. Agora, temos 75% das



crianças, $\frac{3}{4}$ das crianças analfabetas no final do segundo ano. Olha que aumento que tivemos no analfabetismo entre as crianças. Aqui em São Paulo, que é um Estado que fez uma gestão acima da média nacional no campo da educação, ao longo da pandemia, voltamos para indicadores de aprendizagem de dez anos atrás.

Então, o que a estamos vivendo na educação pública é algo grave e as pessoas não se deram conta do que a gente contratou de crise nessa pandemia ao não priorizar a educação básica, ao não priorizar a educação pública, ao querer usar a abertura e fechamento da escola como instrumento de controle da pandemia. São crianças pobres que dependem da escola para comer, dependem da escola para aprender. Porque, convenhamos, a criança que está na escola privada, além de ter toda a conectividade, ter conseguido se conectar e fazer as aulas remotas, ela viaja, vai a museu, faz esporte, tem um vocabulá-

rio muito maior dentro de casa. Essa criança aprende muito fora da escola. Aquelas que estudam na escola pública, que são 85% das crianças e jovens brasileiros, precisam da escola pública, elas só têm a escola pública para poder avançar na educação delas. Então, há uma quantidade enorme de crianças que estão se sentido abandonadas nesse momento porque a sua escola ainda não reabriu. Eu conversei com crianças, viajando esse Brasil. Elas se sentem abandonadas porque a escola delas está fechada quando elas veem que está tudo aberto. Desculpem o meu desabafo aqui, mas eu acho que vamos ter muito trabalho e muito compromisso para recuperar. O Brasil vai pagar esse preço muito fortemente.

Sérgio Rondino - Priscila, acho que é importante você falar de uma bandeira que vocês têm levantado, que é a importância de um Sistema Nacional de Educação. Você quer definir isso, por favor?

Priscila Cruz - O Sistema Nacional de Educação é uma matéria legislativa em que a gente vem trabalhando há muitos anos e que chegou em um texto muito próximo do ideal para ser votado pelo Congresso esse ano. O Sistema Nacional de Educação seria o equivalente ao que o SUS é na saúde. Estabelece uma série de diretrizes e normas que reduzem a insegurança jurídica. São propositivas em orientar União, Estados e municípios na cooperação, que é fundamental para a qualidade da educação pública brasileira avançar. O que acontece no Ceará, que é o Estado que tem o maior avanço e que a grande vitrine da educação brasileira? O Estado trabalha junto com os municípios. Obviamente tem muitas coisas acontecendo como objeto dessa cooperação, mas o Estado e os municípios trabalham de forma conjunta. Não existe essa separação de rede estadual, rede municipal, e cada um que toque a sua vida. No Ceará, há inclusive incentivo financeiro, com a distribuição da cota parte no ICMS pelo resultado educacional do município, a colaboração entre as escolas etc. Então, tudo isso foi utilizado como aprendizagem para construir o Sistema Nacional de Educação, que prevê instâncias tripartites - União, Estados e municípios - e bipartites - Estado e municípios. O Sistema também deixa mais claros os caminhos em relação àquilo que precisa ser feito em cooperação para que a gente possa avançar nesses resultados. Então, está para ser votado. Espero que seja pautada logo essa votação para que possamos ter rapidamente um instrumento jurídico para fazer a cooperação acontecer.

Vilmar Rocha - Eu tinha preparado uma pergunta sobre as consequências da pandemia na educação. A gente sabe que foram graves, você já deu um spoiler aí, mas acho que há muitas coisas que a gente não mediu ainda - a gravidade da consequência de dois anos sem aulas para as crianças. Mas eu quero fazer outra pergunta. Por que a educação não

é prioridade para a sociedade brasileira? Todas as pesquisas às quais a gente tem acesso ou faz, vem lá desemprego, violência, nhém-nhém-nhém, e lá pelo terceiro ou quarto lugar vem a educação. Me parece, a grosso modo, que a sociedade pensa assim: meu filho está na escola? Está. A educação é de qualidade? Não, mas ele está na escola, está bom. Porque a prioridade e o compromisso político é muito mais consistente se a sociedade demandar isso. Eu sou um operador político. Eu venho do mundo acadêmico, mas no fundo sou um operador político. Você chega numa cidade do interior, a prioridade não é educação, a prioridade é asfaltar rua. No geral, há exceções. O que você tem a me dizer sobre essa formulação empírica?

Priscila Cruz - O teu empirismo está funcionando muito bem, Vilmar, é isso mesmo. Acho que tem uma retórica muito forte em relação à educação. Se você fizer uma entrevista, se perguntar para político, empresário, jornalista, mãe, todo mundo vai dizer que a educação é a coisa mais importante que existe no universo. Mas na verdade a prioridade a gente mede com a prática, com as ações, não com a retórica. E de fato a educação não é prioritária no País. Vimos isso de maneira muito forte na pandemia. A pandemia tirou a prova de que não priorizamos a educação. Utilizamos a escola para controle da pandemia. E não houve um clamor social de indignação em relação às escolas fechadas por dois anos. Nós pensamos muito sobre essa questão. Não tenho uma resposta definitiva, mas a gente vem refletindo a respeito. Eu vejo três razões para não termos a educação como prioridade de verdade. Acredito que as pessoas achem que a educação é importante, mas dá trabalho priorizar a educação.

Então, existem três razões. Primeira: a elite - não é só a elite econômica, mas a elite que influencia, os tomadores de decisão, as pessoas que influenciam as grandes decisões no País - tem seus filhos, so-



brinhos na escola privada. Dizem: 'Acho que a educação tem que melhorar...', 'mas coitada da criança pobre', 'olha que pena'... Isso não afeta a vida dessas pessoas. Elas acham que não está afetando, mas está. Vivemos num país que não cresce, que não distribui renda, que é violento. É um equívoco gigantesco da nossa elite não pressionar. Era para ter empresário – que usa sua influência pessoal e política –, pressionando governador e o presidente da República. Então, essa é uma razão.

A segunda: uma crença de que a educação não tem jeito no Brasil. É uma descrença. 'Olha, a educação não tem jeito'. Quando pesquisamos e ouvimos a opinião, as pessoas acham que a escola pública nunca vai ser boa. Há uma certa descrença de que isso é possível. A gente tem feito um trabalho de disseminação daquilo que funciona não porque quer ser Poliana, colocar uma lente rosa na educação e dizer que está tudo bem. É para mostrar que temos Estados e cidades que estão conseguindo, que é possível, sim, ter uma escola pública de excelência e que é preciso provar para as pessoas que isso que elas estão tendo como escola pública não é

o que elas deveriam ter. Uma escola pública que não garante aprendizagem não é uma escola a que seu filho tem direito. Seu filho, seu neto, seu sobrinho tem direito a uma escola que garante o aprendizado.

E o terceiro mito é o de que para melhorar a educação precisamos de 20 anos. E aí a motivação política vai para o ralo. Porque político faz conta, não é, Vilmar? Político diz: "Se eu asfaltar, construir ponte, mudar uniforme e fardamento do aluno... Se tudo isso dá voto, mas a qualidade da educação vai demorar mais do que o meu mandato para melhorar, então eu não vou priorizar uma coisa que não vai dar minha eleição, que não vai garantir votos para a pessoa que eu apoio. Então, o que acontece é que a gente precisa também explicar para essas pessoas que em dois mandatos você muda o patamar da educação numa cidade.

Sérgio Rondino – Mas então, Priscila, essa é a hora, só para encerrar mesmo, de você falar desse Educação Já 2022. Você queria falar disso, não é? É um projeto de vocês para esse ano. O que é isso? O Educação Já não leva 20 anos. O que é isso?

Priscila Cruz - Não, é para fazer agora para que oito anos, dois mandatos, a gente mude a cara da educação pública brasileira. Os caminhos técnicos estão mais ou menos mapeados, as pessoas conhecem. Diferentemente de outras áreas - vejo os debates econômicos, há muito mais divergências -, na educação existe um consenso muito grande entre os especialistas. Não temos grandes brigas entre especialistas em educação. Por quê? Porque tem as evidências, são muito claros os caminhos que precisamos trilhar. Não tem que ficar inventando moda, não tem que ficar reinventando a roda. Então, dá para fazer em oito anos, dá para fazer em dois mandatos. Melhor ainda em dez anos. Em dez anos, a gente muda a cara da educação pública brasileira. E o Educação Já tem um sumário executivo, e traz, para cada política, o detalhamento. Por exemplo, a formação inicial de professores. Eu falei aqui sobre o diagnóstico, que é horrível. Como a gente muda? Qual legislação temos que mudar? Qual currículo devemos ter na formação dos professores? Esse ciclo de gestão de secretarias de Educação, a formação continuada de professores, a gestão, a escolha de diretores, como é a gestão da escola, como é um programa nacional para a primeira infância, como garantimos a alfabetização... Isso tudo está no Educação Já, que é o nosso guia de articulação nesse ano - em todos os anos, mas especialmente nesse ano porque aprimoramos o Educação Já - com todos os candidatos. Nós conversamos com todos os pré-candidatos à presidência da República, menos o (*Jair*) Bolsonaro, e com todos os pré-candidatos aos governos estaduais, já estamos em conversa com eles. É um trabalho de articula-

ção muito forte que a gente vem fazendo justamente para garantir essa decisão política. Mas a educação é uma andorinha que sozinha não faz verão, precisamos das fundações partidárias, dos partidos, precisamos de vocês, de lideranças públicas para que isso aconteça.

Sérgio Rondino - Priscila, eu quero agradecer demais por sua participação e saudar essa parceria do Espaço Democrático com o Todos pela Educação. Espero que renda os frutos necessários, inclusive na conscientização de tantos gestores públicos. Se você quiser dar um recado final, fique à vontade. E agradeço desde já pela participação do Andrea, do Machado e do Vilmar. Obrigado, companheiros, mais uma vez. Priscila, a palavra final é sua.

Priscila Cruz - Eu quero agradecer a Fundação Espaço Democrático do PSD, ao Rondino, ao Andrea, ao Machado e ao Vilmar. Foi um prazer ter essa conversa com vocês. De fato, Vilmar, a gente precisa ter mais conversas, e mais conversas com esse mundo político. A gente vai precisar das fundações, dos partidos, das lideranças políticas do País para realmente sair da retórica e ir para a prática. Uma prática que é difícil, que dá trabalho, trabalho duro, um compromisso obsessivo, mas se a gente fizer isso pode chegar lá. Então, eu quero agradecer a parceria de todos vocês. Até uma próxima vez.

Sérgio Rondino - Eu tenho que agradecer especialmente a você, que nos acompanhou em mais esse Diálogo no Espaço Democrático. Até o nosso próximo programa, muito obrigado.



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

Presidente Alfredo Cotait Neto Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha Secretária Ivani Boscolo Diretor Superintendente João Francisco Aprá	Conselho Consultivo Presidente Guilherme Afif Domingos Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Cláudio Lembo Omar Aziz Otto Alencar Rafael Greca Ricardo Patah	Conselho Superior de Orientação Presidente Gilberto Kassab Conselheiros Antonio Brito Belivaldo Chagas Carlos Massa Ratinho Junior Eduardo Paes Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Marcos Trad Rodrigo Pacheco Samuel Hanan
---	---	---



www.espacodemocratico.org.br